

Inf. AEPLAN nº 0404/2022

Ref.: Plano Plurianual de Investimento

À Secretaria Geral/ Comissão de Orçamento e Patrimônio,

Informamos que a Assessoria de Economia e Planejamento (Aeplan) em conjunto com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário (PRDU) elaborou critérios para análise e destinação dos recursos da Reserva Financeira da Universidade, que correspondem ao saldo financeiro de recursos orçamentários disponíveis e aplicados em contas de instituição financeira. Conforme divulgado na terceira e última revisão orçamentária de 2021, as reservas financeiras atingiram R\$ R\$ 1,097 bilhões em dezembro de 2021.

Gráfico 1. Evolução do Saldo Financeiro (em R\$)

UNICAMP - EVOLUÇÃO DO SALDO DE DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
ORIGEM ORÇAMENTÁRIA (1)

Janeiro/2010 a Dezembro/2021



(1) Valores Nominais. Posição no último dia útil do mês

Fonte: Aeplan.

Como pode ser observado no gráfico 1, a partir do exercício de 2015, a Universidade utilizou parte do saldo financeiro para cobertura dos déficits orçamentários, devido ao impacto negativo das crises política e financeira sobre as Receitas do Tesouro do Estado (RTE) paulista e, em particular, sobre a arrecadação do ICMS. No período 2015-2019 as despesas superaram as receitas, o que obrigou a utilização de parcela significativa dos recursos disponíveis em caixa para a manutenção das atividades da Universidade.

No início de 2020, a pandemia da Covid aprofundou as tendências negativas do quadro econômico explicitadas na forte queda de arrecadação do ICMS em São Paulo. No segundo semestre de 2020, em virtude das políticas públicas adotadas, observou-se uma recuperação na arrecadação em São Paulo e nas receitas da Universidade. Por outro lado, as despesas foram fortemente restringidas pela Lei Complementar 173, sobretudo no que diz respeito aos gastos com folha de pagamento, progressão na carreira e contratação de pessoal. Assim, a Universidade terminou o ano de 2020 com equilíbrio entre as receitas e as despesas.

Em 2021, a Universidade manteve rígidas normas sanitárias para o enfrentamento da pandemia com a manutenção de boa parte de suas atividades docentes, de pesquisa e administrativas na forma remota. A principal, mas não única, exceção coube às atividades na área de saúde, que se intensificaram e permaneceram na forma presencial. Em que pesem as maiores despesas na área de saúde, em relação às demais despesas da Universidade houve uma significativa redução, o que resultou em despesas gerais em 2021 inferiores às de 2020. Por outro lado, as receitas tiveram forte incremento, puxadas pela

alta inflacionária, pelo expressivo aumento dos preços controlados (combustíveis, energia elétrica) e pela recuperação do nível de atividade, medida pelo PIB paulista. A arrecadação com ICMS cresceu 25% em termos nominais e 15% em termos reais quando comparada ao ano anterior.

Diante deste cenário, o ano de 2021 pode ser considerado completamente atípico do ponto de vista das contas da Universidade. As receitas em expansão, despesas gerais restringidas pela necessidade de atividades remotas e a impossibilidade legal de ampliação de despesas associadas a pessoal permitiram a geração de expressivo saldo financeiro (R\$ 774 milhões) e um acúmulo de reserva financeira ao longo de todo o exercício. Dessa forma, a Universidade fechou o exercício de 2021 com o saldo financeiro de recursos orçamentários da ordem de R\$ 1,097 bilhões.

Quadro I. Saldo financeiro 2015-2021 (em R\$)

Saldo Financeiro - Variação Anual	
2015	-R\$ 61.233.337
2016	-R\$ 208.262.704
2017	-R\$ 188.572.893
2018	-R\$ 120.744.375
2019	-R\$ 68.270.399
2020	R\$ 858.642
2021	R\$ 774.650.572

Fonte: Aeplan

O acúmulo de reservas financeiras em 2021 impõe um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazos para a utilização dos recursos. A proposta de utilização das reservas financeiras tem quatro critérios fundamentais.

O primeiro diz respeito à necessidade de preservar uma **reserva financeira de segurança** para o enfrentamento de momentos futuros de dificuldades e turbulências, como por exemplo de queda abrupta de arrecadação ocorrida em 2019-2020. Devido à reserva financeira de segurança foi possível atravessar o período de crise econômica e de pandemia sem a necessidade de medidas drásticas de planos de demissão, de proibição absoluta de contratações (a reposição de desligamentos e falecimentos de servidores foi mantida) e de atrasos no cumprimento de obrigações legais. Por isso, propomos que a Universidade mantenha como reserva financeira de segurança pelo menos três folhas de pagamento, o que corresponderia, em final de 2021, a aproximadamente 60% das reservas financeiras. Cabe destacar que essa participação da reserva financeira de segurança nas reservas totais não seria fixa uma vez que depende do valor da folha de pagamento e/ou do saldo financeiro total.

O segundo critério está relacionado à **continuidade e eficiência administrativa**, o que implica honrar os compromissos já assumidos pela Universidade. Isso significa assegurar os recursos necessários para os investimentos para os diversos órgãos e unidades de ensino da universidade que constavam das propostas de distribuição orçamentárias (PDO) de anos anteriores e que, por vários motivos, ainda não foram empenhados e executados, mas que já foram autorizados e aprovados no Conselho Universitário. No final do exercício de 2021, esses recursos representavam aproximadamente 18% das reservas financeiras (R\$ 204,49 milhões) e estão denominados no Grupo X da PDO para 2022 como “créditos a conceder equivalentes aos valores dos saldos de dotação não empenhados em exercícios anteriores”.

Ressaltamos que os recursos disponíveis no saldo orçamentário do Grupo X da PDO de 2022 são sobras orçamentárias de recursos não executados em anos anteriores, por isso deverão ser destinados para investimentos e obras específicas já determinadas. As despesas de cunho permanente ou contínuas deverão ser executadas com os recursos provenientes das receitas do exercício e, portanto, deverão ser tratadas na proposta orçamentária e suas revisões regulares.

O terceiro critério é o da **responsabilidade social** que visa ampliar as condições de assistência e permanência estudantil em virtude do da estratégia de maior inclusão da Universidade e do aprofundamento da crise econômica e social. Em dezembro de 2021, a Universidade recebeu a primeira parcela oriunda do Termo de Adesão ao 2º Termo de Aditamento ao acordo de Parceria Institucional Banco do Brasil e Governo do Estado de São Paulo no valor de R\$ 27,508 milhões. A segunda parcela e última da parceria com o Banco do Brasil será disponibilizada em dezembro de 2022. Esses recursos também compõem a reserva financeira da Universidade. Como se tratam de investimentos prioritários no âmbito das políticas de assistência e permanência estudantil, a proposta seria destinar integralmente esses recursos para a política de Moradia Estudantil na forma de bolsas, reformas, manutenção e novas obras.

Finalmente, o quarto e último critério é o de **planejamento estratégico** que visa a modernização e expansão da infraestrutura da Universidade. Na aprovação da Proposta Orçamentária de 2022 foi considerada a necessidade de elaboração de **um Plano Plurianual de Investimentos** (PPI) que teria por objetivo avaliar e financiar os projetos e obras que

envolvem grandes volumes de recursos e prazos maiores de maturação e execução e, por isso mesmo, nem sempre são possíveis de serem contemplados no âmbito das propostas de distribuição orçamentárias anuais.

O Plano Plurianual de Investimento seria integrado ao Plano Estratégico da Universidade, analisado e votado anualmente em separado da proposta de distribuição orçamentária (PDO). Investimentos em projetos e obras que envolvem menores recursos continuariam contemplados na PDO. Cabe destacar que, ainda que tratados separadamente, a aprovação dos recursos financeiros para realização dos grandes projetos e obras deverá seguir todos os trâmites atuais de aprovação da Universidade, com encaminhamento à Comissão de Planejamento Estratégico e Institucional – COPEI e com assessoramento da Diretoria Executiva de Projetos Institucionais – DEPI.

Assim, propõe-se a destinação de parte dos recursos da reserva financeira para investimentos de grande monta, já descontados os recursos da reserva de segurança (como visto, propõe-se um montante de três folhas de pagamento), os recursos denominados no Grupo X da PDO referentes aos saldos de dotação não empenhados em exercícios anteriores e os recursos para a Moradia Estudantil. Como se tratam de elevados investimentos com prazos maiores de execução e maturação, o Plano Plurianual de Investimento deverá planejar a destinação de recursos para cada projeto para o médio e longo prazos, entre 3 e 5 anos. A título de ilustração, se tomado como base a PDO de 2022, os recursos totais destinados ao Plano Plurianual de Investimento seriam da ordem de 20%

(aproximadamente R\$ 200 milhões) das reservas financeiras totais, distribuídos e empenhados anualmente em valores aproximados de um terço a um quinto desse total.

O Plano Plurianual de Investimento aqui proposto será acompanhado pela PRDU em conjunto com a Aeplan e será apresentado à Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) em todo Fechamento Orçamentário (Terceira Revisão) de ano anterior e sempre que houver a necessidade de mudanças na destinação dos recursos (contingenciamento) em função dos cenários econômico, financeiro e orçamentário.

Dessa forma, encaminhamos à COP para análise e deliberação: a) a proposta de critérios para utilização e destinação das reservas financeiras da Universidade; e b) a criação do Plano Plurianual de Investimento.

THIAGO BALDINI DA SILVA
Diretor de Planejamento Econômico
Assessoria de Economia e Planejamento
Matr. 29.918-6

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Baldini da Silva, DIRETOR DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO**, em 29/03/2022, às 14:07 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
C772C8F3 5C2A474F 8D56648F DAA1124B

